



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO COMITÊ-EXECUTIVO DO
PROGRAMA EMERGENCIAL DE AÇÕES SOCIAIS
PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO
E OS SEUS MUNICÍPIOS**

DECRETO Nº 9.197, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

4º TRIMESTRE

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO COMITÊ-EXECUTIVO DO
PROGRAMA EMERGENCIAL DE AÇÕES SOCIAIS
PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO
E OS SEUS MUNICÍPIOS**

DECRETO Nº 9.197, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

4º TRIMESTRE

© 2018 - Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

EXPEDIENTE

Presidência da República

Ministério do Desenvolvimento Social

Ministério da Justiça

Ministério da Defesa

Ministério da Educação

Ministério da Cultura

Ministério da Saúde

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Ministério do Esporte

Ministério dos Direitos Humanos

Secretaria de Governo da Presidência da República

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social.

Relatório de atividades do Comitê-Executivo do Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus municípios: 4º trimestre. Decreto nº 9.197, de 14 de novembro de 2017. -- Brasília, DF: Gabinete do Ministro, 2018.

23 p.

1. Assistência social, Rio de Janeiro. 2. Ação social, programas emergenciais, Rio de Janeiro. 3. Política social, Rio de Janeiro. I. Gabinete do Ministro.

Projeto Gráfico e Diagramação: Ascom/MDS

Revisão: Ascom/MDS

Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)

Esplanada dos Ministérios – Bloco A

www.mds.gov.br

Fale com o MDS: 0800 – 707 – 2003

SUMÁRIO

I. Nota de Abertura	5
II. Implementação das ações do programa	6
Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)	7
Ministério do Esporte (ME)	11
Ministério dos Direitos Humanos (MDH)	12
Ministério da Defesa (MD)	13
Ministério da Educação (MEC)	14
III. Anexos	15
A. Lista de Eventos	16
B. Atas de Reuniões	17
C. Fotos	22

I. NOTA DE ABERTURA

Ao publicarmos este 4º relatório, damos por concluído o trabalho do Comitê-executivo. Embora, por conta dos convênios firmados, muitas atividades prossigam ao longo de 2019, o “Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus Municípios”, por ser baseado no Decreto nº 9.197/2017 (que expirou em 31/12/2018), chega ao seu término.

Resta-nos agradecer a todos que - de maneira pública ou anônima - estiveram conosco ao longo do período de vigência do mesmo.

Muito obrigado.

José Henrique Medeiros Pires
Coordenador-Executivo do Comitê do Programa
Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro
e os seus Municípios

II. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS)

A. SNAS

Neste último relatório do Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e seus Municípios (Decreto nº 9.197, de 14 de novembro de 2017), na comunidade de Chapadão foram contabilizados 498 pedidos de emissão de carteira de identidade. Além disso, a população teve acesso a emissão da primeira via da carteira de trabalho.

As iniciativas foram feitas pelo RIO+CIDADÃO, parceira entre a secretaria municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) e a ONG Contato (Centro de Pesquisas e de Ações Sociais e Culturais), que capacitou 326 profissionais sobre os objetivos e metodologia de trabalho do projeto.

O projeto recebeu o nome de RIO+CIDADÃO e visou potencializar as iniciativas dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), por meio de um trabalho integrado com outras políticas setoriais, com objetivo de identificar famílias prioritárias para o atendimento e acompanhamento, além de viabilizar o acesso aos serviços públicos e benefícios.

Os articuladores comunitários, que fizeram o trabalho de busca ativa nos territórios, participaram também de oficina de comportamento seguro, coordenada pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde, com orientações sobre os riscos nas comunidades (identificação e gerenciamento) e os pilares de segurança aplicados à estratégia de saúde da família. Esses profissionais também receberam qualificação no Instituto Pereira Passos sobre o instrumento de busca ativa, que foi colocado em um ambiente de rede, que permite não só a anotação das respostas como também o georreferenciamento das residências visitadas.

Com relação à busca ativa, foram priorizados os territórios do Chapadão e da Pedreira, bem como a instalação dos polos de atendimento descentralizados nessas comunidades, contando com equipe de entrevistadores sociais, técnicos do Sistema Único da Assistência Social (Suas) e administrativo, que vem potencializando o trabalho realizado pelos Centros de Referência de Assistência Social (Cras).

No segundo semestre deste ano foram realizadas a busca ativa em mais de 13 mil domicílios com atendimento a mais de 5 mil famílias.

B. SISP

Em decorrência da instituição do Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e seus Municípios (Decreto nº 9.197, de 14 de novembro de 2017), o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) foi acionado para ampliar políticas sociais relacionadas à proteção social básica e especial, bem como à formação e qualificação profissional para o público do Cadastro Único no estado.

Nos primeiros meses de 2018, a Secretaria de Inclusão Social e Produtiva (Sisp) intensificou articulações intersetoriais, intergovernamentais e interfederativas no âmbito do Plano Progredir, envolvendo parceiros públicos e privados na promoção de ações emergenciais com vistas à inclusão produtiva. Essas ações integradas visaram à redução da violência no estado do Rio de Janeiro, por meio de qualificação profissional conjugada à empregabilidade, bem como incentivo ao empreendedorismo.

Entre dezembro de 2017 e novembro de 2018, a Sisp trabalhou no estado do Rio de Janeiro para a ampliação da Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social, no sentido de garantir ampla oferta de oportunidades para o público-alvo do Plano. A Rede é composta por um conjunto de instituições públicas e privadas que atuam com o MDS na oferta de oportunidades de emprego, qualificação profissional e incentivos ao empreendedorismo para as famílias brasileiras de baixa renda. Nesse período de tempo, 43 organizações aderiram à Rede de Parceiros no estado. Dessas, 10 são organizações públicas, sendo duas militares.

No âmbito da intermediação de mão de obra, entre dezembro de 2017 e novembro de 2018 foram disponibilizadas, no Estado, 138 vagas de emprego. Elas foram distribuídas nos municípios de Rio de Janeiro, Cabo Frio e Nova Iguaçu.

Além dessas vagas incluídas exclusivamente para o público do Cadastro Único, o serviço Vagas.com foi integrado ao Portal Progredir, por meio da Rede de Parceiros, disponibilizando acesso a vagas em fluxo contínuo. Em novembro de 2018, por exemplo, o Vagas.com ofereceu para os usuários do Progredir 1.036

oportunidades de emprego ou estágio profissional, distribuídos em 45 municípios do estado do Rio de Janeiro.

O Serviço Social do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Sesc/RJ) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Senac/RJ) firmaram parceria com o ministério e com a prefeitura do Rio de Janeiro visando ao desenvolvimento de um programa de ações sociais dedicado às comunidades prioritárias das ações emergenciais.

As ações ofertadas pelo Sesc/RJ que integram o Plano Progredir permitiram a realização de cerca de 300 mil atendimentos em 2018, nos seguintes temas:

- Educação: cursos de línguas e de valorização social;
- Assistência Social: trabalho social com idosos e desenvolvimento comunitário;
- Esporte: judô, tênis de mesa, vôlei, natação, hidroginástica, futsal, canoagem, atividades recreativas, entre outros;
- Cultura: apresentações musicais e de teatro, dança, biblioteca e exposições de arte;
- Saúde: atendimento odontológico, orientação em educação em saúde e lanches para os alunos;
- Educação profissional: cursos de tecnologia da informação, gestão e beleza;

No eixo da qualificação profissional, no período de dezembro de 2017 a novembro de 2018 foram ofertadas 9.349 vagas em 310 cursos presenciais e 151 cursos a distância.

Parceria entre o Senac/RJ e Progredir vai ofertar, até o fim de 2019, mais de 4 mil vagas em cursos presenciais nas áreas de turismo, hotelaria, gastronomia, gestão e beleza. Além da inserção de 160 jovens aprendizes, conforme os programas abaixo:

- Programa Primeiro Emprego: formalização de contratos de trabalho de jovens aprendizes;
- Instalação de Unidade Avançada de Hotelaria no Centro de Cidadania Rinaldo Delamare, com portfólio dedicado ao segmento de Turismo. Os cursos foram formulados de acordo com mapeamento sobre demanda de mão de obra apresentada pelo Sindhoteis-RJ, no compromisso de enca-

minhar os concluintes aos departamentos de recursos humanos do setor hoteleiro.

Até novembro de 2018, cerca de 200 alunos concluíram sua formação nos cursos presenciais da escola de hotelaria.

Outros parceiros privados também ofereceram cursos profissionalizantes presenciais no âmbito da Rede de Parceiros. De dezembro de 2017 a novembro de 2018, foram oferecidas 1.765 vagas para o público inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo.

No campo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) disponibilizou 7.005 vagas de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com a finalidade de capacitar, aperfeiçoar e atualizar trabalhadores que desejam entrar ou retornar ao mercado de trabalho, de maneira rápida e eficiente. Os cursos abrangeram cerca de 50 eixos tecnológicos e foram ministrados em 39 dos principais municípios do Estado do Rio de Janeiro. Até o fim de novembro, 6.966 alunos foram matriculados com sucesso nesse projeto.

Por último, além dos cursos presenciais, o Progredir disponibiliza para seus usuários vagas de cursos de Ensino a Distância (EaD), com uma ampla variedade de conteúdo, que abrangem cursos que vão da formação digital a competências transversais. No período desse relatório, foram oferecidas mais de mil vagas no Portal Progredir.

MINISTÉRIO DO ESPORTE (ME)

O Ministério do Esporte (ME) conseguiu efetivar as ações do projeto piloto Esporte e Cidadania para Todos. Até o fim do mês de abril de 2019, a iniciativa atenderá a mais de 10 mil crianças e adolescentes. O quantitativo de núcleos para colocar o plano em execução foi expandido de 56 para 156 (100 novos núcleos, sendo 84 em locais de vulnerabilidade social e 16 em Unidades de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas). A ação pretende democratizar o acesso das pessoas na faixa etária de 6 a 21 anos e expostas à situação de vulnerabilidade social e/ou que cumprem medidas socioeducativas ao esporte.

Para o projeto piloto do Virando o Jogo – que estimula as práticas de lazer, lutas e artes marciais -, o ME recebeu mais de R\$ 8,2 milhões para criar 60 núcleos e atender a 18 mil beneficiados em situação de risco ou vulnerabilidade social. A ação está prevista para durar até o início de maio de 2019.

Até o fim de 2019, o Programa Luta Pela Cidadania (PLC) irá beneficiar 6,4 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos em 32 núcleos. O projeto tem como objetivo democratizar o acesso de crianças, adolescentes, jovens e adultos às modalidades de lutas e artes marciais, incentivando assim a formação para a cidadania e o lazer.

No Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc – Núcleo Urbano) - que promove a prática de atividades físicas, culturais, de lazer e de estímulo à convivência social -, o ministério está investindo mais de R\$ 12 milhões para a implementação de 50 núcleos de atividades que poderão beneficiar 15 mil pessoas. A ação se estenderá até o início de julho de 2020.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS (MDH)

Neste último relatório sobre o Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus Municípios, o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) concluiu as ações abaixo.

Na área de capacitação, foram qualificados 260 agentes de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro em curso de abordagem sob a ótica de Direitos Humanos e 1.825 profissionais que atuam no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado serão capacitados até o fim de 2019. Esses agentes participarão de cursos de como promover, de forma prioritária, os direitos dos idosos.

O MDH investiu mais de R\$ 1,5 milhão no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). A medida beneficia 50 crianças, adolescentes e seus familiares no Estado do Rio de Janeiro. Outros R\$ 860 mil serão aplicados para robustecer o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (Pro-vita Rio). A ação oferece atendimento de testemunhas que, em decorrência de seus depoimentos, sofram ameaças e riscos iminentes. A ação terá continuidade até o início de 2020.

O ministério também aplicou mais de R\$ 500 mil no monitoramento da implementação dos Planos Estaduais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Para isso, fortalece as ações do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e da Rede ECPAT Brasil. A ação continuará até o meio do ano de 2019.

Foram estruturados e equipados três Conselhos Tutelares no estado. A iniciativa teve investimento de R\$ 330 mil.

Além disso, o MDH elaborou a cartilha Aristeu Guida. As orientações visam difundir padrões interamericanos aplicáveis em relação aos deveres dos Estados em matéria de prevenção, proteção e realização da justiça em casos de violência cometida contra jornalistas em razão do exercício à liberdade de expressão.

Merece destaque final que R\$ 200 mil foram empregados especificadamente para avigorar os Conselhos Municipais e Estaduais da Pessoa Idosa.

MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)

Neste último relatório, o ministério da Defesa destaca os benefícios gerados pelo Programa Forças no Esporte (Profesp) às quase 2,5 mil crianças e jovens atendidos pela iniciativa.

Segundo já observado e enfatizado durante o decorrer das ações emergenciais, os participantes tiveram melhor rendimento escolar e houve diminuição da taxa de evasão escolar. Também foi possível detectar o maior envolvimento das crianças e jovens em atividades culturais.

Aos integrantes do Profesp foram disponibilizadas ações cívico-sociais, palestras com agentes de saúde, de segurança, entre outras, que visam à diminuição da violência junto à família e à sociedade, bem como à aplicação de uma rotina de alimentação saudável e de qualidade.

Também foi verificado maior interesse pela prática esportiva, trabalho em equipe e desenvolvimento do espírito competitivo. Apesar de não ser o objetivo da ação, percebeu-se que alguns dos participantes demonstraram potencial para se tornarem atletas.

Por fim, é importante destacar que o programa proporcionou oportunidades para maior contato com a natureza e desenvolvimento de uma consciência ambiental dos participantes.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

Com relação ao último e quarto relatório das ações do Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus Municípios, o Ministério da Educação enfatiza as ações de Busca Ativa Escolar, em parceria com Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que tiveram investimento de mais de R\$ 2,5 milhões.

Ao todo, 26 municípios participaram da busca ativa – desses, 23 municípios realizaram e reuniões do Comitê Gestor Intersetorial com a participação de, pelo menos, as secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social. Foram aplicados questionários de diagnóstico da estrutura de gestão municipal com as secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais de Educação e Direitos da Criança e do Adolescente, dentre outros. Nove municípios (Angra dos Reis, Barra Mansa, Volta Redonda, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacú, Nova Friburgo, Macaé, Rio Claro e Paty do Alferes) receberam visitas presenciais das equipes da Unicef.

Para a execução e formação da Busca Ativa Escolar criou-se a Plataforma de Busca Ativa Escolar. Dezesete municípios realizaram encontros de formação de agentes comunitários e técnicos verificadores que aprenderam a inserir e interpretar dados que o sistema disponibiliza.

Além disso, a Busca Ativa Escolar prevê o constante monitoramento e avaliação das ações, bem como a permanente articulação institucional para o aprimoramento da iniciativa.

Para além da data oficial do término das ações emergenciais, o Ministério da Educação sugere que se dê ênfase às seguintes ações: apoio dado ao trabalho de campo para a efetivação da Busca Ativa Escolar, localização, cadastramento e inserção das crianças e adolescentes fora da escola; mobilização social e comunitária para maior capilarização da Busca Ativa Escolar nos territórios, aumentando a capacidade de identificação dos casos mais vulneráveis socialmente pela parceria com as instituições locais e lideranças comunitárias; elaboração de planos de comunicação, identificando potenciais parcerias com as mídias locais, como rádios comunitárias, jornais de bairro, redes sociais para auxiliar os municípios na divulgação da estratégia e, assim, promover, igualmente, maior amplitude em sua capacidade de alcance; além de aprofundar a constante sensibilização dos profissionais da área sobre a importância da manutenção e ampliação da Busca Ativa Escolar.

III. ANEXOS

A. LISTA DE EVENTOS

1. 6ª Reunião Ordinária do Comitê-Executivo do Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e seus Municípios

Data: 7 de dezembro de 2018

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º Andar, Sala 737

B. ATAS DE REUNIÕES

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ-EXECUTIVO DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE AÇÕES SOCIAIS PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OS SEUS MUNICÍPIOS

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às 15 horas de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária do Comitê-Executivo do Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus Municípios, na Sala de Reuniões 737, 7º andar, Bloco A, Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF. O Representante titular do Ministério do Desenvolvimento Social -MDS, Sr. José Henrique Medeiros Pires, iniciou a reunião saudando e agradecendo a presença de todos os participantes, conforme lista de presença dos membros do Comitê e lista de presença de convidados, bem como conduziu a reunião, introduzindo os temas a serem tratados, tais como: leitura e apreciação da ata da 5ª reunião ordinária do presente Comitê, nivelamento de elaboração do 3º e 4º relatórios trimestrais, etapas técnicas de conclusão das ações do Comitê e assuntos em geral. O Sr. José Henrique Medeiros Pires rememorou que o Decreto nº 9.197, de 14 de novembro de 2017, que instituiu o Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus Municípios preconiza atividades até o dia 31 de dezembro de 2018, tratando o presente mês de dezembro o último para funcionamento do Comitê, salvo nova legislação que postergue as ações deste. O Sr. José Henrique Medeiros Pires enfatizou que as ações do Comitê, as quais são articuladas pelos Ministérios integrantes, ampliaram políticas sociais de diversos níveis no Rio de Janeiro e seus municípios, em estratégia de cooperação, que contou com aporte financeiro liberado, possibilitando ações efetivas pelas Pastas-Membros e diversos órgãos não integrantes do Comitê. O Sr. José Henrique Medeiros Pires relatou a necessidade de, periodicamente, avaliar a continuação do programa, bem como abriu espaço para que, caso algum representante dos órgãos integrantes possua proposições relativas ao Comitê, teria até o final de dezembro para apresentá-las, a fim de levar ao conhecimento do novo Governo que se iniciará em 2019. O Sr. José Henrique Medeiros Pires apresentou o Sr. Jorge Breno Palheta Orellana, representante suplente do Ministério do Desenvolvimento Social, o qual relatou que diversos Ministérios integrantes do Comitê não possuem representação, em virtude de renovação no quadro de servidores daqueles Órgãos, sendo já demandados para indicarem representantes. Ele propôs que conste na presente ata a composição atualizada dos representantes dos Ministérios. A ata da 5ª Reunião Ordinária do Comitê-Executivo do Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus Municípios foi lida e aprovada. Diante da proposição “c da ata da 5ª Reunião Ordinária do presente Comitê (compromisso de diálogo entre o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério do Esporte para verificar a possibilidade de implantação do projeto piloto que visa ao apoio aos jovens egressos do Sistema Socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro), bem como ante a concentração ministerial proposta para o ano de 2019, o Sr. José Henrique Medeiros Pires sugere sejam enviadas para o novo Ministério da Cidadania em 2019 e para o Ministério dos

Direitos Humanos informações quanto as ações desenvolvidas por este Comitê, com ênfase no programa a ser implantado junto ao Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE. Ele informou que não haverá prorrogação do período de intervenção do Rio de Janeiro, o qual se encerra no mês de dezembro de 2018. Na sequência, foi oportunizada palavra ao Sr. José Ferreira de Barros, representante suplente do Ministério da Defesa, acerca do Programa Forças no Esporte – PROFESP. O Sr. José Ferreira de Barros agradeceu pela disponibilização de recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Esporte para a execução e ampliação das atividades desenvolvidas do PROFESP, relatando que, atualmente, 5.000 crianças estão sendo atendidas pelo referido programa, informou que há planejamento para ampliação do mencionado programa para atendimento a 10.000 crianças em 2019; relatou, também, o desenvolvimento de ações para portadores de deficiência física, bem como prestou elogios à gestão científica no Programa Segundo Tempo, com pedagogia na inclusão social em programas do Ministério do Esporte. Após, o Sr. José Ferreira Barros comunicou que o Ministério da Defesa foi convidado para atuar no Estado de Roraima, oportunidade em que solicitará o auxílio do Ministério do Esporte. Em seguida, frisou que o momento é de enriquecimento ao Programa Segundo Tempo, para a ampliação em conjunto com o futuro Ministério da Cidadania a fim de alcançar a meta de atendimento a 10.000 crianças. O Sr. José Ferreira Barros ressaltou a existência de relatório, elaborado por consultora do Ministério da Educação, no qual se constou êxito às atividades desenvolvidas no Rio de Janeiro. Destacou, ainda, a parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE. Na sequência, foi oportunizada a palavra ao convidado, Sr. Sérgio Vinícius Marques do Val Côrtes, do Ministério da Defesa, que agradeceu ao Ministério do Esporte e ao Ministério do Desenvolvimento Social pelos recursos encaminhados, relatou que os temas tratados na ocasião da 5ª reunião do Comitê foram priorizados pelas Pastas integrantes, bem como foi criado o plano orçamentário, marcando assim os recursos. Ele informou também que, embora a expansão das ações pudesse ter sido maior, estas avançaram e foram ampliadas. Continuou informando que já há recursos para ações no ano que vem, ou seja, 2019, com expectativa de 30.000 (trinta mil) atendimentos em todo o território nacional, sendo 10.000 (dez mil) atendimentos somente no Estado do Rio de Janeiro, com estimativa de gastos já encaminhada aos parceiros na metade do presente ano com valor um pouco acima de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais). Ele enfatizou a expectativa de atendimento de 30.000 (trinta mil) beneficiários no ano de 2019, contando com a parceria do futuro Ministério da Cidadania, o qual englobará a Pasta Ministerial do Desenvolvimento Social e do Esporte. O Sr. Sérgio Vinícius Marques do Val Côrtes continuou informando que o Ministério da Defesa está em contato com as Organizações Militares, incentivando e motivando os respectivos Comandos Militares, os quais possuem grande potencial para atendimento aos beneficiários das ações desenvolvidas. Seguiu-se a reunião com a palavra do Sr. José Henrique Medeiros Pires que agradeceu publicamente ao Ministério da Defesa pelo o atendimento de pedido de apoio do MDS ao presente Comitê. Ele expôs que o Ministério da Defesa gentilmente disponibilizou, no dia 04 de dezembro do corrente ano, a Base situada no Bairro da Urca no Rio de Janeiro/RJ para sediar a entrega de 7 (sete) veículos e 10 (dez) micro-ônibus adaptados para o transporte de

peessoas portadoras de necessidades especiais do MDS para a assistência social do Estado do Rio de Janeiro e seus Municípios. O Sr. José Henrique Medeiros Pires enfatizou que, desde logo do início das atividades, foi verificado que as Pastas Ministeriais integrantes do Comitê extrapolariam o teto de R\$157.000.000,00 (cento e cinquenta e sete milhões de reais), ressaltando os aportes significativos do Ministério da Saúde e Ministério da Educação e demais integrantes. Ele solicitou que fossem constados em ata, em agradecimento, os nomes dos servidores que possibilitaram o atendimento da solicitação do MDS na entrega dos veículos acima referidos. O Sr. Jorge Breno Palheta Orellana informou que o Sr. José Ferreira de Barros já estendeu os agradecimentos ao general Jorge Antonio Smicelato, Coronel Hidenobu Yatabe e Tenente-Coronel Rolim, ressaltando que o auxílio do Ministério da Defesa foi imprescindível para o êxito na entrega dos veículos. Em seguida, passou-se a palavra ao Sr. José Ferreira de Barros, representante suplente do Ministério da Defesa, o qual externou gratidão aos Ministérios parceiros nas ações e atividades desenvolvidas, tendo em vista a limitação do orçamento do Ministério da Defesa. Ele informou a implementação de projeto piloto no Tiro de Guerra na cidade de Mossoró/RN, com proposta de implementação nos Tiros de Guerra em todo o território nacional, os quais possuem estrutura física das prefeituras municipais, que contará com parcerias do Ministério da Educação com o Programa Novo Mais Educação, Ministério do Esporte e Fundação do Banco do Brasil. Ele ressaltou a necessidade de implementação de indicadores de desempenho nas ações desenvolvidas em resposta à eventual cobrança da sociedade. O Sr. José Ferreira de Barros destacou a relevância do Programa Novo Mais Educação do Ministério da Educação, instante em que assinalou a dificuldade do referido Ministério em decorrência de ausência de estrutura física para sua implementação, asseverando que essa deficiência será dirimida com a possibilidade de uso dos espaços dos Tiros de Guerra no território nacional. Ele salientou, ainda, que os projetos sociais desenvolvidos tratam de soberania nacional e que diminui a violência no país, pois a desigualdade social leva à violência. Relatou, ainda, que a previsão inicial nas ações desenvolvidas nos Tiros de Guerra é de 60.000 (sessenta mil crianças beneficiárias). Em sequência, passou-se a palavra à Sra. Denise Cardoso de Gusmão Cunha, representante suplente do Ministério do Esporte, que agradeceu a parceria do Ministério da Defesa, e ainda, evidenciou a importância da aproximação com o Ministério do Desenvolvimento Social para consolidação das experiências nas ações desenvolvidas com os egressos do DEGASE, para posteriormente ser replicado no restante do país. Em continuidade, ela prestou contas das atividades desenvolvidas, entregando aos presentes na reunião relatório do Ministério do Esporte acerca do Projeto Piloto Esporte e Cidadania, o qual possui núcleos que contemplam as unidades do DEGASE, e que, atualmente, está em plena execução, contando com 3.000 (três mil) beneficiários, bem como relatou acerca do Projeto Virando o Jogo, sendo conduzido pela parceira Universidade Federal Fluminense, que também dirige o Projeto Piloto Esporte e Cidadania. Ela relatou que, com relação ao Projeto Virando o Jogo, todos os professores receberam capacitação pedagógica para seguimento de metodologia única e alinhamento de objetivos e valores, contando com 10.000 (dez mil) beneficiados, com expectativa para alcance de 18.000 (dezoito mil). Ela expôs que o Programa Luta pela Cidadania, que foi pactuado com a

cidade do Rio de Janeiro/RJ, está estagnado, em decorrência de eventuais problemas com licitações municipais. A Sra. Denise Cardoso de Gusmão Cunha informou ampliação da quantidade de núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC com orçamento da própria Secretaria do Ministério do Esporte. Ela rememorou que, dentre as atribuições do presente Comitê, está a prerrogativa de aprovar os programas e definir modelo de relatório para prestação de contas das ações executadas. Neste sentido, a Sra. Denise Cardoso de Gusmão Cunha indagou se o relatório entregue atenderia à prestação de contas, ou mesmo, qual seria o modelo de prestação de contas e, ainda, quais seriam os dados necessários a ser constados no referido documento. Na sequência, foi oportunizada a palavra à convidada, Sra. Andrea Barbosa Andrade de Faria, Secretária Nacional do Ministério do Esporte, que agradeceu a parceria com o Comitê e dos Ministérios membros, e concluiu que houve êxito nas atividades desenvolvidas no Rio de Janeiro e seus Municípios, informando, em especial, o Projeto Esporte e Cidadania, programa que mais avançou com relação ao Ministério do Esporte, retratando inovação de política pública daquela Pasta Ministerial na interação com menores infratores, dos quais muitos saem do DEGASE procurando núcleos de atendimento do mencionado projeto em suas comunidades, bem como se colocou à disposição para conclusão das atividades do Comitê. O Sr. José Henrique Medeiros Pires propôs que o relatório entregue pelo Ministério do Esporte componha o relatório final, ou seja, ao quarto relatório; mencionou que deverão ser elaborados dois relatórios restantes, explicitando que, devido ao período eleitoral, houve restrições para dar publicidade às ações desenvolvidas; agradeceu, ainda, a convidada do Ministério do Desenvolvimento Social, Sra. Sandra Yoko Sato, por repasse financeiro. Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Jorge Breno Palheta Orellana que teceu observações acerca da confecção do terceiro e quarto relatório do Comitê, especificando que o primeiro relatório tratou das ações que seriam executadas; o segundo relatório tratou de narrar as ações desenvolvidas; o terceiro relatório também será de narração das ações desenvolvidas, ressaltando que as informações foram entregues tardiamente pelos Ministérios integrantes do presente Comitê; e o quarto relatório informou que o prazo de entrega para envio dos insumos encerrar-se-ia em 03 de dezembro de 2018, no entanto relatou a necessidade de prorrogação do prazo de entrega para 12 de dezembro de 2018. Solicitou, ainda, que as informações fossem encaminhadas com riqueza de detalhes, devendo conter índices dos atendimentos. O Sr. José Henrique Medeiros Pires informou que as atividades do Comitê se encerram no dia 31 de dezembro de 2018, entretanto comunicou a existência de prazo excedente à referida data para publicação do relatório. O Sr. Jorge Breno Palheta Orellana agradeceu a contribuição da equipe de apoio do presente Comitê e à Assessoria de Comunicação Social e à Assessoria Técnica e Administrativa, ambas do Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social, pelo auxílio prestado. O Sr. José Henrique Medeiros Pires reiterou os agradecimentos pela presença, contribuições, com votos de retornar a futuros trabalhos com representantes do presente Comitê, desejando boas festas, e deu por encerrada a reunião. Proposições/Encaminhamentos: a) composição atualizada do Comitê; b) encaminhamento para o novo Ministério da Cidadania em 2019 e para o Ministério dos Direitos Humanos de informações quanto as ações desenvolvidas por este Comitê, com ênfase no

programa a ser implantado junto ao Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE; e c) encaminhamento de mensagem congratulatória às autoridades que auxiliaram e disponibilizaram a Base situada no Bairro da Urca no Rio de Janeiro/RJ, para sediar a entrega de 7 (sete) veículos e 10 (dez) micro-ônibus adaptados para o transporte de pessoas portadoras de necessidades especiais do MDS para a assistência social do Estado do Rio de Janeiro e seus Municípios.

C. FOTOS

6ª Reunião Ordinária do Comitê-Executivo do Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus Municípios (07/12/2018)





BRASIL
GOVERNO FEDERAL